



## *Resenha Línguas Gerais: Políticas Linguísticas e Catequese na América do Sul no Período Colonial de Bessa Freire e Rosa*

*Resenha Línguas Gerais: Políticas Linguísticas e Catequese na América do Sul no Período Colonial de Bessa Freire e Rosa*

Juliane Silva Giusti Rocha<sup>1</sup>

### **1 Introdução**

Em *Línguas Gerais: política linguística e catequese na América do Sul no período colonial*, o historiador, José Ribamar Bessa Freire, e a letrada, Maria Carlota Rosa, percorrem três séculos de história da Língua Geral Amazônica (LGA), explorando a antropologia, a literatura comparada e analisando o percurso histórico da LGA (*Nheengatú*).

O livro foi organizado através da reunião de apresentações comunicativas no I Colóquio sobre *Línguas Gerais: Política Linguística e Catequese na América do Sul no Período Colonial*, organizado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O encontro objetivava ampliar o debate acerca das políticas linguísticas e missionárias na América Latina no período colonial, uma vez que a catequese operava como agente responsável pelas tomadas de decisões do Estado e em formulações no planejamento de línguas.

---

<sup>1</sup>Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Amapá. E-mail: [juliane.giusti@hotmail.com](mailto:juliane.giusti@hotmail.com).

A obra divide-se em onze artigos. Os trabalhos exploram questões linguísticas envolvendo o Nheengatú, a fala dos povos Tupi que ainda é viva em poucas áreas indígenas, no movimento de ocupação na Amazônia, assim como analisar as linhas das políticas jesuíticas a elas relacionadas durante os séculos XVI e XVII, discutindo algumas dimensões históricas e, conseqüentemente, sociolinguísticas.

O ponto de partida é a análise de debates sobre a qualidade do trabalho de José de Anchieta em *A arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil e as línguas indígenas brasileiras*. Yonne Leite faz análises estruturalistas e fonológicas das línguas Tupi e conclui que ao contrário que muitos dizem, as línguas indígenas não são pobres, mas que desapareceram devido a ação do colonizador em impor superioridade social e linguística. O segundo artigo, escrito por Luciana Gimenes, aborda as questões metodológicas dos instrumentos de pesquisa e relata que as análises merecem uma abordagem à parte, uma vez que a fontes primárias para o estudo do Brasil quinhentista transmite informações sobre o contexto linguístico que então se estabeleceu.

Com uma abordagem reflexiva sobre os elementos de política linguística hispânica/ibérica em relação às determinações de planejamento linguístico e suas conseqüências na atividade de catequese na América andina, Cosuelo Alfaro Lagorio, em *Elementos de política linguística colonial hispânica*, explana o uso das Línguas Gerais Indígenas como instituições sociais que são excitadas na prática, e não um mero conjunto de formas.

No quarto artigo, Cristina Altman explica a origem das línguas gerais no território que hoje corresponde ao Brasil e o papel dos primeiros missionários em aprender as línguas dos indígenas para conviver com os povos que habitavam o “novo mundo”. Em *As línguas gerais sul-americanas e a empresa missionária: linguagem e representação nos séculos XVI e XVII*, é possível notar a preocupação em conciliar finalidade pedagógica da gramática e sua adequação descritiva.

No estudo seguinte, a abordagem da LGA ocupa grande parte do trabalho. O trabalho exposto por Maria Cândida Barros analisou as linhas de política jesuítica dos séculos XVI e XVII na região amazônica que correspondia administrativamente ao Estado do Maranhão e Grão-Pará. O trabalho apresentado pela autora explora os

processos de tupinização dos tapuias, através das aldeias de descimento e como ocorreu as fases de sistematização deste processo, assim como a influência da catequese no processo.

Após a exposição de Barros, Luiz Borges discute algumas dimensões históricas da política e suas consequências sociolinguísticas no estudo *A língua geral: revendo margens em sua deriva*. Posteriormente, Maria Carlota Rosa demonstra que a qualidade da Língua Geral nos séculos XVI e XVII acompanhou o esforço da Coroa Portuguesa para efetivar a conquista do novo território. Durante o estudo, a autora dialoga sobre o significado de adjetivos como rude, bárbaro, tosco ou elegante quando aplicados a língua partindo do uso nos diálogos de gêneros durante os séculos. Em outras palavras, ela observa as representações sobre essa língua e atitudes das instancias de decisão que lhe fazem frente nos referidos séculos.

O oitavo artigo, formulado por Roland Schmidt-Riese, introduz os estágios abordados na literatura acerca do termo Língua Geral desde o período pré-colonial, realizando uma trajetória diacrônica sobre ponto de vista metodológico. O autor objetiva formular perspectivas sobre a história social do Nheengatú, fornecendo hipóteses sobre processos de mudança no interior do sistema. Para tal fim, o estudo procura alinhar modelos de mudança sistêmica, sobretudo aqueles que consideram o contato linguístico, e informações sobre a história social dos grupos de falantes que empregaram a língua indígena com um debate teórico sobre línguas em contato.

Buscando expor uma abordagem pragmática de dados linguísticos da LGA, Uli Reich mostra a necessidade de uma perspectiva pragmática na linguística diacrônica. sob o mesmo prisma. O penúltimo artigo, apresentado por Ruth Maria Funini Monserrat, que compõe o livro mostra o registro de um *corpus* para estudar as mudanças no campo fonológico e as estruturas gramaticais.

Por fim, José Ribamar Bessa Freire relata um estudo sobre a história externa da LGA em que se questiona quais foram as razões históricas que levaram ao glotocídio dessa língua na memória de seus falantes e descendentes. Durante a abordagem, o autor descreve as políticas linguísticas que foram adotadas na Amazônia; a seleção de escolha da língua tupinambá por ser considerada a “mais geral”; o processo de reprodução das

línguas que foi bastante influência na fala pela mão-de-obra, escrita, catequese, escolas e gramáticas elaboradas pelos jesuítas.

As línguas gerais constituem um campo de pesquisa que pode ser explorado por diferentes vertentes. Na obra é possível notar trabalhos que vão além da historiografia, da literatura ou das gramáticas históricas. O leitor é induzido a pensar a história do Brasil como continuidade cultural, identitária e linguística do domínio português. Por isso a importância da troca de informações e discussões abertas. Com uma linguagem simples e objetiva, os textos são abordados de forma concisa e estimulam o avanço nas investigações sobre a memória e a identidade brasileira.

### Refêrencias

FREIRE, J. R.B.de; ROSA, M. C (org). **Línguas Gerais** – Política Linguística e Catequese na América do Sul no Período Colonial. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 212p. 2003.

Recebido em 15/11/2020.

Aceito em 26/04/2021.